

# A AUSTRÁLIA, A NOVA ZELÂNDIA E A SEGURANÇA REGIONAL NO PACÍFICO: REFLEXÕES SOBRE A MANUTENÇÃO DA PAZ NAS ILHAS SALOMÃO E PAPUA NOVA GUINÉ (BOUGAINVILLE)

Isiaka Alani Badmus<sup>1</sup>

## Introdução

Os conflitos armados representam desafios para a paz e a segurança nacionais, regionais e internacionais. Os conflitos são ameaças ao desenvolvimento econômico, especialmente para países das regiões do Terceiro Mundo, como a Ásia-Pacífico. Evidências de estudos empíricos estabeleceram que os conflitos podem retardar e contrair o crescimento econômico. Muitas vezes, as economias pós-conflito sofrem deste desafio, uma vez que as exclusões dos conflitos armados continuam a atrasar o crescimento econômico e o desenvolvimento (Collier 1998). Muitos dos conflitos no mundo de hoje não são mais internacionais. A partir do final da Guerra Fria, a maioria dos conflitos que representam ameaças à segurança internacional é travada dentro dos Estados (Straus 2012). A natureza dos conflitos pós-Guerra Fria se opõe à dos conflitos da Guerra Fria, interestatais. Os conflitos intraestatais envolvem grupos armados não estatais. Tais conflitos internos envolvem grupos resistentes visando derrubar o governo central como testemunhado em lugares como a República Democrática do Congo (RDC), Angola e Tajiquistão. Esses conflitos também envolvem movimentos etnolinguísticos, especialmente entre grupos étnicos minoritários que lutam por independência total ou autonomia regional. Na maioria das vezes, grupos étnicos minoritários como Mohajirs do Paquistão; Ogoni e Ijaws da região rica em petróleo do Delta do Níger na Nigéria e Dayaks da Indonésia afirmam que

---

<sup>1</sup> Professor sênior da Universidade Afe Babalola, Nigéria.

estão lutando por seus direitos em um país onde são vítimas de discriminação pelo Estado (representado pelo governo) em áreas como o emprego, o uso da terra, direitos de propriedade ou uso da linguagem. Além disso, estão lutando contra a desigualdade e distribuições desiguais de riqueza nacional (de Varennes 2003, 153; para o caso nigeriano, veja Badmus 2010). Assim, neste tipo de situações “a violência é necessária para se garantir ou manter-se no jogo. Desta forma, a desordem torna-se um recurso necessário e uma oportunidade de recompensa, enquanto há pouco incentivo para trabalhar por um ordenamento mais institucionalizado da sociedade” (Cilliers 2004, 26; ver também Chabal e Daloz 1999, 5-6).

O Pacífico (e a região da Ásia-Pacífico amplamente) não é uma exceção à natureza e ao padrão de conflitos explicados acima. Os esforços para resolver alguns desses conflitos provocaram, em várias ocasiões, intervenções de pacificação e manutenção da paz regionais e internacionais e, na maioria dos casos, esses esforços foram desafiadores. A resolução de conflitos por meio de intervenções e/ou esforços regionais e internacionais resultaram na solução ou na perda de escala de alguns dos conflitos, graças à implementação de acordos de compartilhamento de poder ou autonomia regional incorporados em acordos de paz. Estes são os casos de Bangladesh (Chittagong hill tribes), Papua Nova Guiné – PNG – (Bougainville) e Ilhas Salomão (Guadanalcanese). Em alguns casos, os conflitos prolongados levaram à independência completa como os casos da Eritreia em 1993, Bangladesh em 1971 e Timor Leste em 2002 (de Varennes 2003, 156; Turton 1997). No Pacífico, as potências regionais, Austrália e a Nova Zelândia, em parceria com o arranjo regional, o Fórum das Ilhas do Pacífico (PIF), outros atores internacionais como a Commonwealth e as Nações Unidas (ONU) e uma “coalizão de estados dispostos” provaram ser relevantes para o mundo. Nesse sentido, elas são relevantes para as organizações regionais, impulsionadas por estados regionais poderosos, e podem contribuir e manter a segurança regional, evitando atrocidades em massa; implementando o pilar dois da “Responsabilidade de Proteger” (Bellamy e Davies 2011, 156).

À luz das discussões acima, este documento examina o gerenciamento de segurança no Pacífico. Especificamente, examina os conflitos na região, suas causas e restringe sua investigação a dois países da região, PNG (Bougainville) e as Ilhas Salomão. O objetivo é documentar suas experiências de manutenção da paz. Meu principal objetivo é investigar se as missões de manutenção da paz na região (sob os auspícios da ONU ou atores regionais, como o PIF, estados fundamentais ou uma coalizão dos estados dispostos), especialmente nos dois países sob foco, foram bem sucedidas ou não. E, se bem sucedida, algumas questões-chave são colocadas: (1) quais fatores / condições

foram responsáveis por suas realizações e também, se suas experiências e lições aprendidas podem ser tidas em conta e / ou oferecidas como possíveis lições que poderiam ser úteis no desenvolvimento de um modelo eficaz de manutenção da paz para outras regiões do mundo, especialmente na África, onde a principal organização do continente, a União Africana (UA), está desenvolvendo um mecanismo de segurança abrangente (a Arquitetura de Paz e Segurança Africana ou APSA) para enfrentar os conflitos africanos e os desafios para a segurança humana dos povos africanos. Explico especificamente os papéis de pacificação e manutenção da paz da Austrália e da Nova Zelândia nesses conflitos e mostro os motivos desses estados, benignos ou benevolentes. Uma vez que é impossível neste breve documento examinar caso a caso os gatilhos dos conflitos, adoto uma abordagem de análise regional para explicar as etiologias dos conflitos na região.

## Explicando os gatilhos dos conflitos armados no Pacífico

As raízes dos conflitos no Pacífico são multidimensionais, englobando desde a questão étnica, o subdesenvolvimento e a pobreza, até as fracas estruturas estatais, efeitos de um longo período de colonialismo e, por extensão, o neocolonialismo, a política de poder internacional, os problemas ambientais, os efeitos da modernização e da globalização, desigualdades e injustiças, entre outros (Edstrom 2001; Heijmans; Simmonds e Van de Veen 2004), Henderson 2005; Henderson e Watson 2005; Jenkins 2005). Nos países da Ásia-Pacífico, em geral, as guerras interestatais deram lugar a conflitos predominantemente intraestatais- e, como tal, muitos estudos estabeleceram que, entre o final dos anos 1980 e o final da década de 1990, a região foi um dos locais de maior incidência de conflitos étnicos e testemunhou o surgimento de mais grupos políticos etnicamente motivados que desafiam a autoridade dos estados da região do que em qualquer outro lugar do globo (Gurr 1994). A região da Ásia-Pacífico teve o maior número de grandes conflitos armados de qualquer região em cada ano entre 1989 e 1997, e praticamente todos esses conflitos foram conflitos intraestatais (Reilly e Graham 2004, 10). As raízes de muitos desses conflitos estão inter-relacionadas, pois não há meta-teoria ou uma explicação de causalidade única para a erupção de qualquer guerra civil. Isso implica que eles estão sempre interligados com diversos fatores políticos, socioculturais e econômicos.

A etnicidade e outros tipos de questões identitárias têm sido fatores determinantes nos conflitos do Pacífico. Isso está acontecendo com as altamente fragmentadas configurações sociológicas e demografia étnica da re-

ção. A etnia foi citada como uma das principais causas de conflitos em lugares como PNG, Fiji e Ilhas Salomão, bem como na Indonésia e na Birmânia no contexto mais amplo da Ásia-Pacífico (Bennet 2002; May 2005; Pollard e Wale 2004). Na verdade, o PNG é considerado o país com maior diversidade étnica em toda a região da Ásia-Pacífico, com mais de 800 grupos etnolinguísticos dentro das suas fronteiras. Sem dúvida, a manipulação dos grupos étnicos pelas elites políticas é fundamental para explicar as causas da maioria dos conflitos em sociedades divididas (Ellingsen 2000), mas devemos entender que a etnia ou as animosidades étnicas devem estar vinculadas a outras questões antes de se manifestarem. Foi estabelecido por muitos estudos que a etnia ou o pluralismo étnico nem sempre conduzem a conflitos, exceto quando se combinam com outros elementos (Turton 1997). Este é provavelmente o motivo pelo qual Teaiwa (2005, 271) argumenta que os conflitos étnicos estão apenas se manifestando onde as lacunas socioeconômicas e as desigualdades já existem. Nas relações com o Pacífico, Teaiwa (2005, 271) alega ainda que:

A diversidade [é]tnica por si só não causa derramamento de sangue ou amargura. Todos os grandes conflitos no Pacífico nos últimos 30 anos tiveram no seu coração acesso desigual aos recursos. A competição resultante de recursos limitados muitas vezes foi convertida em antagonismo jogado ao longo das linhas latentes de fratura social gravadas por identidades étnicas, de classe, de gênero e religiosas. Por sua vez, estes forneceram a base de muitos dos conflitos na região da Ilha do Pacífico.

As divisões étnicas detém alta probabilidade para levar a conflitos de interesses étnicos em todas as sociedades. Além disso, quanto maior o grau em que uma sociedade é dividida etnicamente, o conflito político e de outros interesses tenderá a se canalizar para as linhas étnicas. Portanto, no Pacífico, a etnia é importante, mas os conflitos baseados na etnia são um subconjunto dentro de um conjunto maior das instabilidades que a região enfrenta. Isso ocorre porque “as animosidades étnicas também são cortinas de fumaça convenientes para mobilizar apoio em torno de questões políticas e econômicas, como o controle sobre os recursos, a mudança das relações sociais, o aumento das desigualdades grupais e as tensões criadas quando estilos de vida tradicionais e bases de poder são confrontados com as forças inexoráveis da modernização” (Reilly e Graham 2004, 10). Esta afirmação explica o conflito nas Ilhas Salomão entre o grupo étnico Guadalcanal (Guali) e Malaita, onde o fator econômico (subdesenvolvimento e pobreza absoluta) inflamou as tensões entre os dois grupos étnicos.

Além disso, o fator econômico não pode ser explicado sem levar em consideração a questão das terras e dos recursos naturais nas ilhas do Pacífi-

co, uma vez que os três fatores fornecem o impulso para os conflitos. A existência de conflito é uma função do nível de desenvolvimento socioeconômico em um determinado Estado. Isso significa que, quanto mais desenvolvido economicamente for um Estado, menos tal Estado está propenso a conflitos. Esta suposição parece correta na explicação do conflito nas Ilhas Salomão. As Ilhas Salomão são um país muito pobre, quase quebrado, mas se mantêm solvente com ajuda australiana e subsídios orçamentários. Nos últimos tempos, os conflitos políticos e a violência étnica foram parte integrante das características da ilha. No entanto, a mesma suposição não dá explicações concretas e convincentes sobre por que um Estado economicamente subdesenvolvido e empobrecido como Kiribati conseguiu evitar conflitos políticos. Paradoxalmente, no entanto, em Melanesia, Fiji, em termos relativos, tem uma das economias mais desenvolvidas da região, mas o país é propenso a conflitos étnicos entre a população imigrante indígena e imigrante indiana, conflitos intra-tribais entre os fígios indígenas como também golpes militares frequentes. A instabilidade política em Fiji apoia a afirmação de que a afluência relativa não é suficiente para superar as raízes do cataclismo político, incluindo diferenças étnicas, tribais e regionais (Scarr 1988).

Como já afirmei anteriormente, na região Ásia-Pacífico, a terra e, por extensão, as dotações de recursos naturais desempenham papéis fundamentais na consolidação das raízes dos conflitos armados da região. No Pacífico, por exemplo, a terra é principalmente de propriedade das comunidades e mantém valores espirituais profundos. É por isso que a maioria dos países do Pacífico proíbe as vendas adicionais ou alienação de terras. Também explica por que a terra é fundamental para entender muito do que ocorre na política do Pacífico (Henderson 2005, 11). A adoção de políticas de mercado livre pela maioria dos governos pós-coloniais das Ilhas atraiu investimentos diretos estrangeiros (IED) para suas economias. Conseqüentemente, as plantações e os empresários estrangeiros, especialmente as Empresas Multinacionais (multinacionais) e os compradores locais, desalojaram pequenos proprietários de terras e camponeses, agravando o problema do desemprego. Terras locais foram utilizadas para desenvolver indústrias (especialmente, turismo). Isso aparentemente favoreceu os empresários estrangeiros em detrimento das populações locais e, na maioria dos casos, alienou os povos indígenas de suas terras e da água, porque desvalorizou sua cultura. Este cenário explica o motivo do golpe de estado de 2000 em Fiji. Nas Ilhas Salomão, o povo de Guadalcanal ressentiu-se com o influxo de imigrantes de Malaitan, enquanto em PNG, o povo Nasioi de Bougainville que possuía a terra em que o Panguana Copper and Gold Mine foi desenvolvido sentiu o afluxo de trabalhadores imigrantes trazidos para trabalhar nas minas (Bellamy e Davies 2011; Rolfe

2001). Na mesma linha, há uma correlação entre os conflitos internos na região e os recursos minerais, já que a maioria das terras que foi tirada à força das populações locais é rica em recursos minerais. Exemplos disso incluem Bougainville (Mina Panguna), Papua Ocidental (Mina Freeport), Nova Caledônia (Mina de Níquel), Ilhas Salomão (Mina Gold Ridge) e Mineração de Ouro em Fiji. Questões como a desigualdade e as injustiças e a falta de compensação adequada aos proprietários locais e, mais importante, o desprezo ambiental resultante das atividades de mineração, estiveram na raiz de todos os conflitos na região.

Embora o subdesenvolvimento e a pobreza absoluta, a corrupção desenfreada e endêmica e a marginalização contribuam para a ignição dos conflitos no Pacífico, a natureza do Estado e sua estrutura também servem como variáveis e aumentam a complexidade dos problemas da região. Como outras regiões do mundo que experimentaram o colonialismo, a maioria dos Estados do Pacífico resulta de uma criação artificial do colonialismo europeu, caracterizada por fricções frequentes entre as culturas dominantes e as minorias étnicas. As Ilhas do Pacífico, em particular, abrigavam fortes sociedades tradicionais antes do colonialismo e foram forçosamente reunidas para o estatuto internacional em um Estado moderno fraco (ver Badmus 2006 em relação à África). Este cenário tem consequências negativas sobre esses Estados modernos, pois nega aos Estados pós-coloniais a oportunidade de comandar a fidelidade de suas pessoas, nos quais prevalece uma dicotomia clara entre a cultura dominante e a das etnias minoritárias. Infelizmente, muitos Estados modernos do Pacífico têm estruturas fracas e alguns até não têm a capacidade de cumprir suas funções mínimas, como a entrega de serviços básicos à população. O fracasso do Estado em conquistar a lealdade de alguns segmentos da população e suas estruturas fracas explicam o ressurgimento frequente do nacionalismo étnico (especialmente das culturas minoritárias) exigindo autonomia ou separação da cultura dominante no centro. Esta é a situação no contexto mais amplo da Ásia-Pacífico na Malásia (Sabah, Sarawak), PNG (Bougainville) e Indonésia (Aceh, Papua Ocidental) para mencionar apenas alguns exemplos. Assim, as estruturas do Estado fraco muitas vezes negam a vários países do Pacífico os meios para enfrentar esses conflitos intraestatais contemporâneos.

Além disso, a globalização e a modernização têm fortes impactos nas estruturas socioeconômicas das ilhas do Pacífico. A maioria dos países da região está em processo de transformação socioeconômica da tradição à modernidade e o próprio processo é gerador de conflitos. A modernização econômica cria ganhadores e perdedores. Consciente de que as divisões sociais proporcionaram uma forma de mobilizar coalizões de interesses comuns

para fazer parte do lado vencedor - por exemplo, em competição por escassos recursos naturais ou econômicos.

Os fatores acima discutidos se conjugam para explicar a gênese de diferentes tipos de conflito nas Ilhas Salomão e PNG (Bougainville). A este respeito, o resto deste artigo examina esses dois conflitos no Pacífico para entender o porquê das intervenções dos atores regionais e a sua avaliação, especialmente da Austrália, da Nova Zelândia e do PIF, e o apoio da comunidade internacional. Exploro os antecedentes de cada um desses conflitos, as motivações e as razões para as intervenções da Austrália e da Nova Zelândia, em particular, e fatores que explicam seus sucessos ou não. Eu destaco as lições aprendidas com essas missões e examino se essas lições podem ser relevantes para outras regiões do mundo, especialmente a África.

## Manutenção da paz no Pacífico com referência às Ilhas Salomão e Papua Nova Guiné (Bougainville)<sup>2</sup>

### Caso 1: O Conflito das Ilhas Salomão e RAMSI

#### Breve Contexto

Enquanto um número impressionante de monografias acadêmicas e artigos de revistas<sup>3</sup> exploraram diferentes aspectos do conflito das Ilhas Salomão, não precisamos expandir aqui o que já é conhecido sobre a origem e a dinâmica do conflito. Aqui, um rápido resumo do conflito proporcionará uma melhor compreensão dos motivos das intervenções internacionais. Diferentes interpretações foram fornecidas na literatura sobre as fontes do conflito. Watson (2005) localiza sua origem no colonialismo. Em sua análise, Watson acredita que o motivo da política colonial britânica era explorar a nação insular em detrimento de seu futuro. Embora, plantações tenham sido desenvolvidas, elas não se traduziram em desenvolvimento físico e socioeconômico. Além disso, o movimento da capital administrativa de Tulagi, nas Ilhas da Flórida, para Honiara na Ilha Guadalcanal, em 1946, pelos britânicos criou a tensão entre Guali étnico de Guadalcanal e migrantes para Honiara. Isso ocorre porque “a administração e os recursos se concentraram na capital à custa, muitas vezes, de outras regiões, incluindo a rural Guadalcanal” (Watson 2005:

---

<sup>2</sup> Modelo com dados da Austrália e da Nova Zelândia

<sup>3</sup> Para uma análise detalhada sobre a origem e a dinâmica do conflito nas Ilhas Salomão, veja entre outros: Bennet 2002; Fraenkel 2004; Fry 2000; Moore 2004; O'Connor 2003; Wainwright 2003a & b.

401). Por sua parte, Henderson (2003) é da opinião de que a inadequação do sistema constitucional do estilo de Westminster é muitas vezes responsável pelas estruturas fracas do Estado de Salomão. Este cenário, no contexto das Ilhas Salomão, exacerbou as tensões entre diferentes grupos étnicos onde a corrupção, a má governança e a exploração dos recursos naturais floresciam. Além disso, Stratford (2005, 1) afirma que muitos anos de conflito expuseram o desajuste entre as instituições ocidentais herdadas e as “micro-políticas indígenas”<sup>4</sup>. Isso descobriu a incapacidade do governo nacional em controlar as pressões da urbanização e migrações internas.

A terceira variável explicativa pode ser localizada no contexto do sub-desenvolvimento da ilha. Novamente, o Watson (2005, 402) fornece uma visão concreta deste processo:

Com taxas anuais de crescimento da população em média acima de 3 por cento durante grande parte do período após a independência, 3 por cento, as aspirações da população jovem não podam ser atendidas. Este descontentamento foi agravado pela concentração de jovens colonos e suas famílias em novas áreas urbanas, como Honiara, onde foram isoladas; havia contato regular com pessoas de outros grupos étnicos, alguns dos quais evidentemente estavam conseguindo melhores resultados economicamente.

Após a independência da Grã-Bretanha em 1978, os fatores acima discutidos exacerbaram as tensões étnicas na Ilha Salomão pós-colonial. Além disso, a corrupção desenfreada, especialmente entre as elites políticas, a má gestão, o caráter neopatrimonial da governança política do Estado de Salomão e, em certa medida, sua economia rentista, acumulação primitiva e fatores globais combinados, forçaram a economia local a deteriorar-se, enquanto a pobreza absoluta e o baixo nível de vida da maioria da população aumentou, especialmente nos anos 1980 e 1990. A crescente dificuldade econômica resultou no influxo de imigrantes Malaitan da Ilha de Malaita para a Ilha de Guadalcanal, onde a cidade de Honiara está localizada. O influxo de migrantes tornou-se altamente insuportável para o povo étnico Guali. Pois, naquela época, as Ilhas Salomão eram pressionadas pela alta taxa de crescimento da população e as oportunidades de emprego eram insuficientes. O domínio dos ilhéus de Malaitan no mercado de trabalho em Honiara e na Força Policial do país tornou-se fonte de apreensão para o povo de Guadalcanal. Com os meios econômicos e financeiros de Malaitans, os Guadalcanales foram tirados de suas terras. Em consequência das frustrações construídas, a metade da década de 1990 viu as gangues armadas de Guali, o Movimento de Liberdade

---

4 Ver Hegart e May 2004.

Isatabu (IFM) / o Exército Revolucionário de Guadalcanal (GRA), atacar os colonos de Malaitan, forçando a saída de mais de 20 mil pessoas de suas casas.

Os homens de Malaitan, que responderam à situação, formaram uma milícia rival conhecida como a Força de Águia Malaita (MEF) e os confrontos entre os dois grupos em 1998 reivindicaram mais de 100 vidas e mais de 30 mil pessoas foram deslocadas. O MEF exigiu uma compensação pela destruição de propriedades pertencentes à etnia de Malaitan. As lutas entre os dois grupos continuaram sem cessar até 15 de outubro de 2000, quando o Acordo de Paz de Townsville (TPA) foi assinado sob os auspícios da Austrália. Central para o TPA foi a condução das eleições provinciais a serem monitoradas por uma Equipe de Monitoramento da Paz Internacional (IPMT) de baixo nível. Sob o TPA, Sir Allan Kemakaze foi eleito primeiro ministro das Ilhas Salomão. Austrália e Nova Zelândia aumentaram o auxílio para a nação insular e contribuíram para o IPMT, que garantiria a paz em Solomão por dezoito meses. De forma desanimadora, o IPMT não pôde restaurar a paz porque não tinha instrumentos de coerção e a confiança do TPA na boa vontade das partes revelou-se inexistente. Embora, o TPA tenha podido dissipar as tensões étnicas, o acordo não conseguiu garantir a entrega de armas por ambas as partes do conflito e permitiu que a situação continuasse como uma insurgência “de baixo grau”. Portanto, o IPMT se retirou em junho de 2002. Durante este período, as Ilhas Salomão enfrentaram uma séria crise econômica porque as fontes de receita diminuíram como resultado do fechamento do SIPL e da mina Gold Ridge a qual o governo de Salomão dependia por dinheiro, enquanto a ilegalidade floresceu.

## **O Coro Regional de Desaprovação e as Respostas: os Processos de Paz e a Implementação de RAMSI**

Como as intervenções no conflito das Ilhas Salomão podem ser explicadas? As respostas regionais são uma tentativa de líderes / Estados regionais (Austrália e Nova Zelândia, em particular) para garantir um Pacífico pacífico e / ou para proteger seus próprios interesses nacionais? Quais as lições que a intervenção prevê para as operações futuras, quer no contexto da ONU, organizações regionais ou coligações de Estados dispostos? Estas são algumas das perguntas que eu respondo sobre esta intervenção. Antes de prosseguir, enfatizo que a intervenção conhecida como Missão de Assistência Regional às Ilhas Salomão ou RAMSI é um bom exemplo de como uma instituição regional, a PIF neste caso, pode contribuir para a prevenção de mortes em

massa. A intervenção, como observou Bellamy com Davies (2011, 156), é um “exemplo claro de como o desenvolvimento de capacidade consensual liderado pela comissão de atrocidades, a RAMSI demonstra tanto a utilidade dos arranjos regionais como as áreas de destaques onde eles podem [precisar] de aumento”.

Em janeiro de 2003, o ministro das Relações Exteriores da Austrália, Alexander Downer, descartou a intervenção de seu país, argumentando que a Austrália não tinha a capacidade necessária e que o conflito era um caso interno do Estado Salomão, que deveria ser resolvido pelo povo da nação insular (Downer 2003, 11). À medida que o conflito se intensificava, o primeiro-ministro Kemakaze pediu a Canberra que ajudasse seu país a restaurar a ordem, derrubar a violência e desarmar as milícias IFM (McMullan e Peebles 2006, 5). Seguindo o pedido de Honiara, Austrália e Nova Zelândia desistiram de sua postura de “Caminho do Pacífico” de não-interferência nos assuntos internos dos Estados e se envolveram mais. Como Bellamy e Davies (2011) afirmam, o impulso para a intervenção RAMSI veio da própria Honiara. Seu pedido baseava-se na aceitação do fato de que precisava de assistência internacional para manter a lei e a ordem e proteger as Ilhas Salomão. Também estava consciente das reviravoltas na política externa dessas potências regionais, que são explicadas pelas crescentes ondas de insegurança que permearam a região do Pacífico após três incidentes de grandes ameaças à segurança: a tragédia do 11 de setembro nos EUA, o bombardeio de Bali na Indonésia e as instabilidades em Estados melanésios como PNG e Fiji (Foukona 2005; Stratford 2005; Watson 2005). Com base nos incidentes acima mencionados, a Austrália redirecionou sua atenção para questões de segurança regional. Foukona (2005) afirma que a atenção e a política da Austrália se deslocaram e se concentraram no terrorismo. Canberra passou a se preocupar com a possibilidade de os Estados fracassados serem alvo de grupos terroristas, e até mesmo santuários para eles. Portanto, Canberra considerou o conflito em Salomão como uma grande preocupação de segurança regional (e, por extensão, internacional). Esta posição poderia ser ouvida nas palavras de John Howard, primeiro-ministro australiano, que disse: “os Estados falidos apresentam um terreno perigoso para a criminalidade e o terrorismo”<sup>5</sup>. Consciente de que o principal motivo da decisão de Canberra de trabalhar com o PIF para ajudar Salomão foi baseado no relatório de junho de 2003 do Australian Strategic Policy Institute (ASPI) alertando que o conflito representava ameaças à segurança da Austrália (Wainwright 2008a). Após a divulgação do relatório, Canberra propôs o estabelecimento de uma força regional de manutenção da paz a ser implantada em Salomão, aumentando as ameaças de segurança que o conflito

---

5 World Socialist Web Site: <http://www.wsws.org/artisclcs/2003/august2003/solo-a15.shtml>.

representava para a Austrália e o Pacífico. Para melhorar a capacidade e a legitimidade de RAMSI, Canberra pediu uma missão multinacional de manutenção da paz, que inclui tropas da Nova Zelândia e outros Estados das Ilhas do Pacífico, especialmente Fiji, PNG, Samoa, Tonga e Vanuatu (McDougall 2004, 218-219).

O que também reforçou a reversão da política da Austrália foi a adoção da famosa Declaração de Biketawa pela PIF em outubro de 2000 que autorizava respostas regionais aos problemas domésticos. A Declaração forneceu uma solução coletiva das Ilhas do Pacífico para o problema do Pacífico sob o pedido de um Estado membro, o que não impediu os esforços da comunidade internacional em mediação. A Declaração de Biketawa estabeleceu um mecanismo para a cooperação de segurança regional entre os Estados membros do PIF e isso incluiu a promoção do ideal e dos processos democráticos, a boa governança, os reconhecimentos dos direitos indígenas e um processo para combater os conflitos armados. O mecanismo foi operacionalizado pelo PIF nas relações com Nauru (Programa de Assistência Regional do Pacífico em Nauru - PRAN) em 2005, bem como em Fiji, Ilhas Salomão e Bougainville em relação às missões de observação eleitoral implantadas nesses estados (Bellamy e Davies 2011, 157). Relacionando a Declaração com o princípio/norma de “Responsabilidade de Proteger”, Bellamy e Davies (2011, 157) afirmaram que:

(...) através da Declaração de Biketawa, o Fórum das Ilhas do Pacífico estabeleceu um mecanismo regional para prestar assistência aos Estados e enfrentar crises emergentes de forma consensual, criando uma capacidade regional para exercer o pilar dois da Responsabilidade de Proteger. O governo australiano reconheceu que as medidas mais enérgicas empreendidas no âmbito do pilar três exigiriam a autorização do Conselho de Segurança da ONU, conforme estabelecido no Documento Final da Cimeira Mundial.

Parece que o governo australiano procurou evitar a complexidade e os processos embaraçosos, bem como as intrigas políticas que estão associadas à obtenção da autorização das operações de paz pelo Conselho de Segurança da ONU (CSONU). Ao ajudar o governo das Ilhas Salomão, a intervenção de terceiros era visível. A Commonwealth enviou um enviado especial a Honiara para avaliar a situação no terreno. Em meio à deterioração da situação de segurança e ao pedido de Honiara à Austrália de uma forte força de manutenção da paz, a força regional de manutenção da paz foi aprovada pela Cúpula do PIF em Auckland, Nova Zelândia, em 24 de julho de 2003, com forte apoio das Nações Unidas, dos EUA, do Reino Unido e da Commonwealth. O acordo enfatizou que a intervenção foi feita a pedido de Salomão e autorizada pela

PIF. Além disso, o mandato da RAMSI e as regras de engajamento foram delineados no acordo que recebeu o apoio da maioria dos habitantes das Ilhas Salomão.

Liderada pela Austrália<sup>6</sup>, o mandato da RAMSI<sup>7</sup> foi reforçar e defender as instituições e autoridades legítimas. A intervenção RAMSI começou oficialmente em 24 de julho de 2003 e foi encarregada, em primeiro lugar, de restaurar a lei e a ordem e, em segundo lugar, um desafio muito mais longo de restaurar as principais funções do governo. A RAMSI era uma robusta operação de paz regional multidimensional que envolveu uma junção de componentes civis, policiais e militares na qual a Austrália era o principal país contribuidor, apoiado pelos Estados membros da PIF. Em composição, a RAMSI inicialmente era composto de 2.225 militares, policiais e funcionários civis. Este número incluiu 325 policiais. A RAMSI estava sob a liderança de um Coordenador Especial, Nick Warner, do Departamento de Relações Exteriores e Comércio da Austrália (DFAT). Ele foi assistido por um Coordenador Especial Adjunto da Nova Zelândia, Peter Noble, e um Coordenador Adjunto Fijiano, Sekove Naqlolevu. Os planejadores da missão definiram a operacionalização da RAMSI em duas fases primárias. Na primeira fase, a RAMSI precisava restaurar e manter a lei e a ordem, o que implicava a suspensão da impunidade criminal, bem como o desarmamento e desmobilização das milícias. Ao analisar a RAMSI, Bellamy e Davies (2011, 157) afirmam que apesar do fato da RAMSI ter sido “liderado pela polícia”, a realidade é que, durante esta fase, diferentes partes da RAMSI foram lideradas por diferentes agências. O componente militar era responsável pelo desarmamento de bandos criminosos e grupos armados. O custo da operação RAMSI, estimado em US \$ 200 milhões no primeiro ano, foi principalmente atendido pela Austrália, enquanto a Nova Zelândia, a Commonwealth, a ONU, o Banco Mundial, a União Europeia, e o Banco de Desenvolvimento da Ásia também contribuíram. A RAMSI restaurou a lei e a ordem nos primeiros vinte meses de sua operação. Durante os primeiros 120 dias, foram coletadas 3,040 armas, excluindo 660 armas sofisticadas e modernas. Agosto de 2003 viu a entrega de um dos conhecidos líderes criminosos, Harold Keke, à RAMSI. A rendição de Keke, que era considerado um fator desestabilizador em Salomão, efetiva-

---

6 Isso não é surpreendente porque existe a percepção de divisão de responsabilidades no Pacífico, com a Austrália desempenhando papéis de liderança na Melanésia, enquanto a Nova Zelândia tem papel primário na Polinésia. Geralmente, os poderes antípodos, o Reino Unido e os EUA, esperam que a Austrália e a Nova Zelândia lidem principalmente com situações no Pacífico Sul.

7 O nome código da RAMSI foi Operation Helpem Fren (The Solomon Islands Pidgin English for Helping a Friend). A participação da Força de Defesa da Austrália (ADF) na RAMSI é conhecida como Operação Anode.

mente eliminou o risco de conflito. Os policiais da RAMSI também atuaram positivamente nas áreas de investigação criminal e outros. Os motivos dessa façanha são muitos. O contingente policial da RAMSI iniciou patrulhas de rua. Estas foram conduzidos com os homólogos das Ilhas Salomão (a Polícia Real das Ilhas Salomão ou RSIP). Policiais da RAMSI e da RSIP criaram centros de coleta para confiscar e destruir armas e munições rendidas e também forneceram transporte para áreas remotas dos rebeldes. No final dos primeiros cinco meses de operação, a RAMSI havia preso 733 pessoas em 1.168 acusações. O contingente policial da RAMSI também envolveu a realização de cursos de treinamento para oficiais do RSIP e do setor de justiça. Esses esforços aumentaram a capacidade da polícia local em manter a lei e a ordem. Eles investigaram crimes cometidos por milícias e gangues criminosas, ajudaram os oficiais da RSIP a emitir acusações, incluindo a de Harold Keke por assassinato. Havia também consultas contínuas entre a RAMSI e os funcionários de Salomão com o objetivo de estabelecer uma estratégia de reforma a longo prazo, e forneceu conselhos profissionais e governamentais (Bellamy e Davies 2011; Hoadley 2005; McMullan e Peebles 2006).

A segunda fase da operação (a mais complexa e prolongada) visava fortalecer as instituições governamentais de Salomão. Com a assistência da Austrália e da Nova Zelândia, a RAMSI também fez progressos substanciais, apesar do fato de que este é um processo de longo prazo. Durante esta fase, o componente policial assumiu grandes responsabilidades, pois houve uma redução do componente militar. Além disso, a RAMSI registrou algumas conquistas notáveis porque muitos casos de impunidade foram tentados, enquanto a RSIP assumiu a responsabilidade pelo policiamento de seu país. No entanto, as raízes socioeconômicas do conflito, o problema do crescimento econômico reduzido e o de oportunidades de emprego inadequadas para o aumento da população foram difíceis de abordar. Assim, o aspecto pós-conflito de construção nacional do mandato RAMSI não foi alcançado. Este problema foi agravado pelos tumultos que surgiram após as eleições gerais de abril de 2006.

Em 18 de abril de 2006, na sequência das eleições nacionais, surgiram tumultos em Honiara. Os distúrbios foram provocados pela alegação de que as eleições foram arranjadas e manipuladas com a assistência financeira de empresários chineses. Isso levou à tensão racial que levou Honiara a um estado de ilegalidade. Os tumultos expuseram a fraqueza da RSIP, ao não conseguir conter esses atos, enquanto a responsabilidade por proteger funcionários do governo e pela restauração da ordem recaiu sobre o contingente da polícia internacional. A RSIP, com assistência internacional, eventualmente impediu a propagação dos tumultos além de Honiara. O sucesso relativo da

RAMSI é visto como um modelo para futuras intervenções e lições aprendidas no Pacífico. Neste contexto, as questões que demandam maior pesquisa são: quais são as condições necessárias para o sucesso relativo da RAMSI? O modelo da RAMSI é viável ou um mecanismo apropriado para enfrentar conflitos em outras regiões do mundo? Eu respondo a primeira pergunta na próxima seção. As respostas à segunda pergunta serão fornecidas na parte final deste artigo.

## Fatores de sucesso e lições aprendidas

(...) a Missão de Assistência Regional às Ilhas Salomão (RAMSI) realizou sérios esforços para aderir aos princípios centrais do sucesso da manutenção da paz: consentimento das partes, imparcialidade e não uso da força, exceto em defesa própria (Rees 2006, 15).

As experiências da RAMSI demonstram algumas das condições para o sucesso da manutenção da paz e as vantagens da assistência regional para ajudar os Estados a exercerem suas responsabilidades de proteção, fortalecendo assim sua soberania e capacidade. O sucesso relativo da RAMSI é função de um conjunto de fatores. Primeiro, a operação beneficiou-se da cooperação e do consentimento do governo anfitrião e das populações locais; isto é, as Ilhas Salomão e sua população. Este fator, juntamente com o forte apoio político dos governos australiano, neozelandês e outros governos regionais, e o PIF como um arranjo regional, deram à RAMSI o espaço para desempenhar seus deveres sem obstáculos e medo. Esse apoio permitiu que a missão ganhasse facilmente os corações e as mentes das populações locais. A intervenção liderada pela Austrália baseou-se no pedido do governo de Salomão, de acordo com a lei aprovada pelo Parlamento de Salomão que exige a presença da RAMSI. Isso traz como pressuposto que a cooperação do Estado de acolhimento é fundamental para uma operação de paz bem sucedida. Além disso, o momento da intervenção internacional também ajudou tremendamente no caso das Ilhas Salomão. O Coordenador Especial da RAMSI concordou: “A RAMSI tem sido um sucesso porque era o plano certo no momento certo e tivemos a equipe certa com a abordagem certa com o nível certo de apoio político e recursos” (Warner 2004, 7). O momento da intervenção RAMSI é fundamental na medida em que a missão se envolveu em Salomão no momento em que as tensões étnicas foram relativamente amortecidas, caso contrário, isso aumentaria a divisão da comunidade ao longo das falhas étnicas (Warner 2004, 8).

Outros fatores que contribuem para a relativamente bem sucedida

operação da RAMSI são os papéis desempenhados pelo componente policial. Embora a RAMSI fosse uma intervenção militar, a dependência de um componente da polícia regional não pode ser negligenciada. Para isso, os planejadores regionais acreditavam que o tipo de conflito e/ou violência nas Ilhas Salomão era de baixa intensidade e localizado, que não exigia uma operação militar em grande escala. Hanson (2003, 258) concordou que o enfrentamento de conflitos localizados em pequena escala e/ou luta armada tribal com soldados de combate fortemente armados é inapropriado e é provável que provoque uma escalada reacionária do conflito. Em outro nível, a preferência por papéis policiais robustos e altamente visíveis é menos provocativa e menos dispendiosa também. A “Operação Ajudar um Amigo” pode ser considerada como um consolo no modelo de “aplicação policial cosmopolita” de Mary Kaldor (2001, 124-131), que é mais ou menos um compromisso entre a abordagem clássica das Nações Unidas para a manutenção da paz e a aplicação da paz. O modelo de Kaldor encoraja a criação de um novo “soldado-cum-policial”. De acordo com Stratford (2005, 9), o sucesso de tal empreendimento é em função de se repensar seriamente questões que vão desde equipamentos e táticas ao comando e a transformação da doutrina e treinamento.

A capacidade de implantação rápida da RAMSI também é um fator importante para seu sucesso relativo, porque a missão foi implantada rapidamente. Esse fator permitiu à RAMSI, o mais rápido possível, remover possíveis criadores de problemas. Os tumultos de abril de 2006 não se espalharam para fora da capital porque a força internacional forneceu apoio oportuno à RSIP.

Sem dúvida, a dependência da RAMSI no componente da polícia tem a tendência de contribuir para as capacidades policiais próprias dos Estados das Ilhas do Pacífico, beneficiando-se das experiências de contingentes policiais australianos e da Nova Zelândia bem treinados e estabelecidos. Isso pode constituir a base de uma unidade regional sólida, confiável e eficiente para futuras operações. Entre todos os fatores considerados, é importante enfatizar que a RAMSI não era uma administração de transição, uma vez que sua implantação foi baseada no pedido do governo das Ilhas Salomão e o país anfitrião manteve seu status de Estado soberano. As atividades da RAMSI foram coordenadas com Honiara e também no que diz respeito à assistência internacional ao país. Essencialmente, a Operação Helpem Fren foi um esforço para inserir uma espinha dorsal na administração do governo Salomão (Rees 2006).

## **Caso 2: Garantir um Pacífico em paz: Secessão e Manutenção**

## da Paz do “Caminho do Pacífico” em Bougainville

### Introdução histórica e quebra-cabeça

Uma ilha a leste dos principais grupos de ilhas de PNG, Bougainville é politicamente uma região autônoma da PNG. Em 1899, ambos Bougainville e Buka foram separados do resto das Ilhas Salomão e se tornaram parte da Nova Guiné alemã como resultado do acordo britânico e alemão de delimitação de fronteira. Assim, a criação de fronteiras pelo colonialismo europeu separou arbitrariamente pessoas etnicamente homogêneas em duas jurisdições. Esta situação representa uma fonte de agitação secessionista contemporânea na ilha. Como Rolfe (2001, 41) afirmou, as pessoas de Bougainville são etnicamente muito mais próximas dos ilhéus ocidentais de Salomão e sentem pouco ou nenhum parentesco com as partes restantes de PNG<sup>8</sup>. A ilha de Bougainville foi ocupada durante a Primeira Guerra Mundial pelas forças australianas e, em 1920, a Liga das Nações exigiu que a Austrália administrasse a ilha. PNG tornou-se um Estado independente em 1975, e ambas as Ilhas de Buka e Bougainville se tornaram partes da PNG e formaram sua 19<sup>th</sup> província.

Embora Bougainvilleans tenham votado massivamente pela independência total em 1978, seus desejos foram ignorados pelos governos de PNG e Austrália. As configurações demográficas e sociológicas da ilha são bem capturadas por Rolfe (2001: 41) quando diz: “Existem 19 grupos de línguas principais em Bougainville, em uma população entre 160.000 e 200.000. Estas são sociedades pequenas e em grande parte independentes, sem qualquer autoridade política central. Existem diferenças culturais significativas entre os grupos linguísticos”. Embora as variações étnicas<sup>9</sup> entre Bougainville e a principal PNG, a denominada dicotomia da Polinésia e da Melanésia, sejam perceptíveis como gatilho do conflito e da insegurança da ilha, as causas imediatas do conflito que eclodiu no final da década de 1980 são o subdesenvolvimento e a perceptível marginalização dos grupos étnicos minoritários (May 1990; Regan 1998; 2004; Smith 1992). A disputa entre os proprietários de terra locais e o governo do PNG se centra nas questões de royalties da mina de cobre Panguna (operada em Bougainville pela Bougainville Copper Limited

---

8 Bougainvilleans se referem a outras PNG como “peles vermelhas”. Esta descrição está em relação a sua cor de pele mais clara quando comparada com a cor dos Bougainvilleans, que é negra.

9 Existem dois tipos de diferenciação em Bougainville. A primeira é a diferenciação de Bougainvilleans de “peles vermelhas” e a segunda é a diferenciação interna entre grupos Bougainvillean.

ou BCL, uma empresa mineira australiana) e a compensação pela espoliação ambiental do rio. Desde a sua criação em 1972, as atividades de mineração de cobre sofreram a oposição dos tradicionais proprietários de terra e os habitantes de Bougainville que foram afetados negativamente pelos impactos das atividades de mineração em Panguna. Historicamente, os arranjos sociais étnicos Nasioi foram interrompidos por missionários e proprietários de plantações, especialmente no século XIX. Novos padrões de atividade econômica e novas formas de culto espiritual que não eram compatíveis e difíceis de incorporar na vida Nasioi foram introduzidos. Havia também forte resistência Nasioi contra o colonialismo europeu e suas práticas. Eles se recusaram a trabalhar em plantações (especialmente nas décadas de 1950 e 1960) e isso levou à migração de pessoas de outras partes do PNG e do exterior para trabalhar. O grupo étnico Nasioi também se recusou a participar de projetos político-econômicos patrocinados pelo governo, como governos locais e cooperativas de produtores. Rolfe (2001, 41) disse, “[e]m 1962, quando da visita de uma missão de pesquisa da ONU, alguns Nasioi pediram publicamente que a Austrália fosse substituída pelos Estados Unidos como o poder colonial. A desconfiança da Austrália tem sido uma outra vertente da linha de sucessões e, mais importante ainda, um forte determinante da forma dos processos de paz subsequentes”. Insatisfeito com a situação, um grupo de nacionalistas de Bougainville proclamou unilateralmente a independência do norte de Salomão em setembro de 1975. Tensões foram apagadas com a pacificação alcançada por um acordo para conceder a Bougainville certo grau de autonomia. Com este novo desenvolvimento, Bougainville tornou-se uma das 19 províncias da PNG e Port Moresby pagou royalties dos produtos de mineração obtidos ao governo provincial do norte de Salomão.

No final da década de 1980 (1989 precisamente), a violência irrompeu em Bougainville, com a desigualdade percebida na distribuição dos produtos da Panguna Copper Mine, perda de terras tradicionais e os devastadores impactos ambientais da mina, entre outras questões. Consciente de que, com a passagem do tempo, alguns Nasioi que foram empregados pelas minas receberam educação e treinamentos, mas isso não se distribuiu uniformemente em toda a comunidade. Infelizmente para os donos de minas, tais treinamentos tiveram consequências não desejadas porque deu aos jovens e educados Nasioi os recursos sócio-culturais para enfrentar politicamente a BCL. Esta violência foi defendida pelo grupo étnico Nasioi que possuía a terra em que a mina foi desenvolvida. Insatisfeitos com sua incapacidade de obter compensações adequadas, os terríveis detentores formaram a Panguna Landowners ‘Association (PLA) sob a liderança de Francis Ona. O PLA foi formado para representar os interesses dos proprietários em negociações com a BCL. O PLA

eventualmente transformou-se em uma milícia conhecida como o Exército Revolucionário de Bougainville (BRA) (sob a liderança de Sam Kauona, um antigo oficial subalterno da Força de Defesa PNG ou PNGDF) para resistir à marginalização e também visando a sucessão. A principal liderança e de agrupamento de pessoal do BRA na região foi formada pelo povo Nasioi. Em novembro de 1988, houve pequenas escaramuças e/ou ataques do BRA para interromper operações via sabotagem a partir dos quais a mina foi fechada. Os confrontos entre o BRA e PNGDF e PNG Police Mobile Squad em novembro de 1988 sinalizaram o nascimento de um período de conflitos alternados. Em 1989, o PNGDF utilizou força excessiva contra o BRA, o que levou ao fechamento da Mina de Panguna. A operação do PNGDF resultou em impunidade contra o povo Nasioi e suas aldeias foram queimadas e um estado de emergência foi declarado na província, enquanto o governo provincial foi suspenso. Consequentemente, as situações de segurança política prevaleceram, grandes segmentos da população do Norte de Salomão tornaram-se alienados e, eventualmente, desenvolveram simpatia com o BRA através e além de Bougainville.

Em 1990, a autoridade da PNG retirou todo seu apoio e forças de segurança em Bougainville e instituiu um bloqueio da ilha com a intenção de minar as atividades do BRA. Em maio de 1990, foi declarada uma República Independente de Me'ekamui e seguiu-se o estabelecimento do Governo Provisório de Bougainville (BIG, em inglês). O BIG foi o braço político do BRA. O bloqueio da ilha teve efeitos socioeconômicos catastróficos sobre Bougainvillenses e, eventualmente, enfraqueceu a motivação que os cimentou: havia divisões entre a população Nasioi e outros grupos étnicos que não os apoiavam. As negociações entre o PNG e o BRA provocaram tensões, mas o BRA atacou violentamente outros grupos étnicos que eles acreditavam não apoiarem sua causa. Seguiram-se as ondas crescentes de conflitos inter e intracomunitários que levariam à formação de um grupo de oposição local, conhecido como a Força de Resistência de Bougainville (BRF, em inglês), ao BRA. O BRF aliou-se ao PNGDF para lutar contra o BRA. Durante este período, o DFAT australiano estimou que cerca de 15 mil pessoas perderam a vida para a guerra, a fome e as doenças, enquanto cerca de 70 mil pessoas foram deslocadas<sup>10</sup>. Durante o final da década de 1990, as escaramuças de armas entre o BRA e as forças combinadas da BRF e PNGDF continuaram inabaláveis, uma situação que tornou a resolução pacífica para o conflito uma tarefa árdua para uma terceira parte.

---

<sup>10</sup> Ver "Bougainville Peace Process". Acesso em: [http://www.dfat.gov.au/geo/png/bougainville\\_peace\\_process.html](http://www.dfat.gov.au/geo/png/bougainville_peace_process.html).

## As dimensões internacionais da guerra civil: Austrália, Nova Zelândia e a 'Manutenção da Paz pelo Caminho do Pacífico' em Bougainville

Aqui, faço uma rápida revisão das intervenções internacionais de pacificação e manutenção da paz para destacar os fatores para a manutenção de paz bem sucedida ou fracassada em Bougainville. Em 1990, os vizinhos e potências regionais da PNG, Nova Zelândia e Austrália mostraram interesse na resolução do conflito. O envolvimento de Canberra e Wellington em Bougainville foi devido a preocupações de segurança regional. Embora, os interesses nacionais não possam ser descartados, já que a Austrália não era confiável para o BRA, mas as preocupações de segurança do Pacífico como uma região, e o Pacífico Sul em particular e os dos Estados intervenientes são fundamentais para entender as respostas regionais ao conflito. Além disso, os protagonistas estavam cansados de confrontos armados, uma situação que Zartman (2003) considerava o momento maduro e propício para uma intervenção de paz bem sucedida, já que o conflito atingiu um impasse mutante. De acordo com Zartman (2003, 19), quando as partes estão atoladas em conflito e é evidente que a vitória não é uma visão e o impasse é doloroso para as partes, eles tendem a procurar alternativas ou políticas. Assim, em agosto de 1990, as negociações de paz entre o BRA e PNG começaram em navios de guerra da Nova Zelândia, HMNZS Endeavor. Consciente de que o PNG está em Melanesia, que a Austrália deveria desempenhar um papel de liderança, mas a Nova Zelândia, um estado polinésio liderou o processo de paz porque a neutralidade de Canberra no conflito PNG/Bougainville é duvidosa. A Austrália foi comprometida dada a sua identificação com PNG.

Durante as negociações, os mediadores da Nova Zelândia adotaram o "Caminho do Pacífico" de negociação segundo o qual Papua Nova Guineense podia dirigir as negociações ao seu próprio ritmo, em vez de impor qualquer modelo teórico estabelecido de paz e/ou pacificação. As negociações resultaram em uma trégua conhecida como Endeavor Accords. O acordo procurou restaurar os serviços para Bougainville e resolveu que os protagonistas se encontrariam no futuro para discutir o futuro da constituição da ilha. Infelizmente, o acordo efetivamente entrou em colapso. Em janeiro de 1991, a convite da Nova Zelândia, os beligerantes se encontraram em Honiara, onde foi assinada a famosa Declaração de Honiara. A declaração procurou anular a declaração unilateral de independência da BRA. Também central na declaração foram, entre outros, a renúncia à violência, o desengajamento da PNGDF na província. Infelizmente, a declaração falhou e os combates esporádicos foram retomados. Na verdade, Francis Ona afirmou que a Declaração Honiara

era uma bobagem. Enquanto a Commonwealth visitava Bougainville, a mesma afirmou que havia uma ausência de unanimidade e um consenso entre o governo da PNG e o BRA e resolveu que não havia oportunidades para que a organização se envolvesse (Rolfe 2001, 45). Apesar dos esforços da Nova Zelândia e da Austrália, nada significativo aconteceu, exceto lutas esporádicas até 1994, quando o ministro das Relações Exteriores da PNG, Julius Chan, decidiu resolver a crise com a proposta de implantação de uma força regional de manutenção da paz. Em agosto de 1994, o BRA e o PNGDF discutiram o conceito de operação da missão. Um mês depois, um acordo de cessar-fogo foi assinado pelo novo primeiro-ministro da PNG, Julius Chan, sua homóloga das Ilhas Salomão, Billy Hilly e Kauona, e foi resolvido que outra conferência de paz será realizada em outubro em Arawa. Tropas de Tonga, Fiji e Vanuatu forneceriam segurança para a reunião; com Nova Zelândia e Austrália fornecendo o treinamento necessário, suporte administrativo e técnico. Infelizmente, as lideranças seniores do BRA não participaram da conferência por medo da insegurança. Disputas internas e/ou discussões dentro do BRA dividiram o movimento no qual o grupo moderado e seus líderes decidiram se associar ou melhor ainda trabalhar com Port Moresby. Em novembro de 1994, o PNG e o grupo moderado assinaram a “Carta de Mirigini para uma Nova Bougainville” que abriu o caminho para a formação do Governo de Transição de Bougainville (BTG) em 1995. O BTG recém-constituído funcionaria como intermediário entre o PNG e as forças radicais. Em junho de 1995, Bougainville testemunhou mudanças positivas, uma vez que a normalidade estava retornando gradualmente a centros e aldeias distritais, e cessava o conflito. Assim, com essas conquistas e o funcionamento do BTG, os líderes de Bougainville se encontraram em Cairns, Austrália, em setembro-dezembro de 1995 para discussões. Esses esforços foram insuficientes para restaurar a paz para Bougainville, já que o PNGDF e o BRA estavam ferrenha oposição quando voltaram para casa. Com a elevação do conflito, que fez da paz uma aspiração distante, as mediações da Austrália foram vistas com suspeita especialmente pelos radicais do BRA. Isso ocorre devido à história colonial da Austrália em PNG e seu apoio a Port Moresby. Portanto, esse cenário fez da Nova Zelândia a principal nação no processo de paz, como expliquei acima.

O ministro das Relações Exteriores da Nova Zelândia, Don McKinnon, liderou o processo de paz. Em maio de 1997, Bougainvilleans proeminentes e influentes se encontraram em Auckland com o convite de McKinnon. A reunião estabeleceu as bases para a reunião de julho de 1997 no Burnham Military Camp (Burnham I Talks) em Auckland entre todos os protagonistas, com exceção do governo PNG. Como Rolfe (2001, 45-46) escreve:

Em Burnham, havia uma “infinidade de contatos informais entre indivíduos, grupos de trabalho e outras reuniões. O processo é muito melanésico e para um “observador ocidental” é muito desorganizado sem liderança ou foco óbvio (houve) comentário positivo universal sobre a falta de pressão sobre os participantes”.

Consciente de que não houve procedimentos estabelecidos pela Nova Zelândia, o processo de paz continuou até todos os participantes estarem satisfeitos. Em contraste, Canberra preferiu uma estratégia de cima para baixo. O processo de paz levou à famosa Declaração de Burnham assinada por Joseph Kabui e Gerald Sinato da BIG e BTG, respectivamente. A Declaração pediu reconciliação, desmilitarização e implantação de uma força de paz da ONU em Bougainville. Também pediu conversações com Port Moresby antes do final de setembro de 1997. Destaca-se que houve uma aparência de unanimidade entre os participantes de Burnham I, pois queriam a paz em suas terras. O sucesso de Burnham I encorajou McKinnon a convidar todos os protagonistas, inclusive desta vez, Port Moresby e os militares da PNG em outubro de 1997. Em Burnham II, assim como sua antecessora, o “Caminho do Pacífico” de pacificação foi fortemente sublinhado e, de fato, foi posto em prática onde as práticas culturais maoris eram visíveis. As práticas culturais maoris, obviamente, ajudaram o processo de paz porque:

No início de cada reunião, por exemplo, houve uma saudação maori formal, que inclui um “hongí” ou toque de nariz pelos participantes. Um dos participantes do PNG em Burnham II comentou a um funcionário da Nova Zelândia: o estilo de acolhimento “Pacífico” permitiu que os funcionários da PNG na reunião “apertem as mãos, toquem os narizes e troquem de respiração” com Bougainvilleans com quem eles estavam lutando por 10 anos. O “Caminho do Pacífico” permitiu que os participantes caminhassem por paredes de vidro sem pensar no que estavam fazendo<sup>11</sup>.

A reunião de Burnham II produziu uma trégua e o estabelecimento de um Grupo de Vigilância de Tréguas (TMG) internacional desarmado a ser liderado pela Nova Zelândia<sup>12</sup>. É lamentável que, no início da operação, o TMG, em sua operação, tenha sofrido conflitos internos, especialmente entre o ADF e a Força de Defesa da Nova Zelândia (NZDF). Além disso, houve o problema da preparação e tensão insuficientes entre as diferentes culturas institucionais e a falta de confiança entre a TMG e os grupos locais. Também

---

<sup>11</sup> Citado em Rolfe 2001.

<sup>12</sup> O processo de paz de Bougainville e o papel da Austrália (e da Nova Zelândia até certo ponto), ver vários capítulos em Wehner e Denoon (eds) 2001.

há dificuldades na integração do pessoal militar de Fiji e Vanuatu. Fijians e Vanuatu encontram alguns funcionários do NZDF e ADF rudes, hedonistas e com falta de sensibilidade cultural (veja Breen 2002 para detalhes). Em 23 de janeiro de 1998, o “Acordo de Lincoln sobre Paz, Segurança e Desenvolvimento em Bougainville” foi negociado pela McKinnon e assinado pelos beligerantes (o governo da PNG, o BIG, o BTG, o BRA e os membros do Parlamento de Bougainville) em Lincoln, uma universidade Campus perto de Christchurch. Nos termos do Acordo de Lincoln, a PNG retirou suas tropas da ilha e foram tomadas medidas para desarmar os grupos armados (Breen 2002). O acordo deveria ser monitorado pelo Grupo de Monitoramento da Paz (PMG). O PMG era o TMG liderado pelo ADF na prática com a abordagem cultural da Austrália que estava em desacordo com a Nova Zelândia. A abordagem do governo australiano foi altamente institucionalizada e orientada para resultados em vez de processo. O PMG liderado pela Austrália incentivou a construção de países no longo prazo e a missão recebeu os apoios da Nova Zelândia e de outros Governos da Ilha do Pacífico (Hoadley 2005). O processo de paz fez progressos extraordinários. Seguindo o Acordo de Lincoln, as partes ficaram paralisadas em suas discussões internas, uma situação que levou a uma nova rodada de negociações na Nova Zelândia, na qual os participantes foram expostos a:

Abordagens maori de ser uma nação dentro de um Estado, lidar com um governo “estrangeiro” e lidar com divisões tribais internas. O processo introduziu a imersão da cultura maori e vivia sob o mesmo teto. Os líderes de Bougainville simplesmente não podiam se ignorar, especialmente como convidados de outra aldeia do Pacífico. As negociações foram retomadas e os grupos que assinaram o Acordo Lincoln assinaram os acordos de Matakana e Okataina para promover a reconciliação (Rolfe 2001, 49).

Com base nesse sucesso, houve um envolvimento menor da ONU através da criação de uma missão em Bougainville (a Missão de Observação das Nações Unidas em Bougainville ou UNOMIB). Com a conclusão bem-sucedida dos programas de desarmamento, desmobilização e reintegração e ordem restaurada, a equipe do PMG partiu em 2003, enquanto Bougainville tornou-se uma província autônoma dentro da PNG, em junho de 2005. Esta é baseada nas negociações facilitadas do PMG que levaram a um acordo que Bougainville seria reconhecida como a província autônoma do PNG. E, como parte do atual acordo de paz, esperava-se que a ONU conduzisse um referendo sobre o futuro da ilha entre 2015 e 2020.

## Fatores de sucesso e lições aprendidas

Posso fazer perguntas-chave: quais são os fatores / condições responsáveis pelo sucesso da manutenção da paz em Bougainville? Quais são as lições aprendidas para futuras operações de manutenção da paz no Pacífico ou em outros lugares? A primeira coisa a perceber no processo de paz de Bougainville é que os planejadores, especialmente a Nova Zelândia, consideraram que o “Caminho do Pacífico” era o modelo apropriado, em vez de confiar em qualquer consideração teórica estabelecida de manutenção da paz. O termo “Caminho do Pacífico” conhece as soluções do Pacífico para os problemas do Pacífico e defende a norma de não-intervenção e rejeita a forma ocidental tradicional de resolução de conflitos<sup>13</sup>. Rolfe (2001: 39) fornece a essência do “Caminho do Pacífico” argumentando que o processo (a maneira pacífica) requer um:

“unânime compromisso”, o que significa que “se espera que alguns, quando possível, se submeterão a sacrifícios pessoais para que a comunidade como um todo tenha harmonia”. Existe uma intenção subjacente de que ninguém será deixado de fora em um processo que inevitavelmente envolve uma longa discussão e muitos envolvem desentendimentos francos, mas em que nenhum ressentimento será sentido.

Portanto, as negociações, o compromisso e a paciência, a flexibilidade, a consideração de outros pontos de vista, as atividades de inclusão e reconciliação constituem a base do “Caminho do Pacífico” para a resolução de conflitos dentro ou entre os países da região. O estudo de caso de Bougainville estabeleceu a importância da análise minuciosa do ambiente em que a operação ocorrerá, ou seja, o contexto específico para os planejadores da paz, em vez de se basear em qualquer teoria da manutenção da paz (Rolfe 2001; Mortlock 2005). Além disso, o sucesso do processo e/ou operação de paz em Bougainville revela a importância de deixar a paz prosseguir gradualmente. May (2005: 466) afirma que “o processo de manutenção de paz em Bougainville depois de 1997 foi um caso longo, cansativo e frequentemente frustrante e demorado, mas ... o ritmo lento do processo permitiu que as várias partes - BRA e BRF, Bougainville e governo nacional - ganhassem confiança mútua e explorassem os limites dentro dos quais as concessões pudessem ser feitas por todos os lados”. Provavelmente, essa é a principal razão pela qual Wellington não impôs qualquer solução ou limite de tempo.

---

<sup>13</sup> Para uma análise abrangente do “Pacific Way”, ver Haas 1989.

Ao discutir o sucesso do processo e/ou operação de paz de Bougainville, não devemos esquecer o fato de que a abordagem do processo de paz era “de baixo para cima”, o que significa que o processo era de propriedade dos beligerantes e da própria população local com suporte externo. A população local contribuiu grandemente para a restauração da harmonia social, o que facilitou a aceitação dos resultados. O processo de paz em Bougainville é muito melanésico no sentido de que o facilitador (Nova Zelândia) aplicou uma abordagem que não tinha intenção de conduzir o processo. A Nova Zelândia acreditava que a decisão sobre como resolver o problema em Bougainville deve ser tratada na maneira melanésica e, Wellington e Canberra (apesar de suas reservas) foram apenas para desempenhar papéis de apoio.

## Conclusões

Os estudos de caso examinados neste documento mostraram que as operações de manutenção da paz tiveram alguns sucessos e as potências regionais (Austrália e Nova Zelândia) trabalhando com o PIF (no caso particular de Salomão) e outros atores internacionais foram capazes de manter a segurança regional no Pacífico. Uma série de fatores endógenos e exógenos explicam os sucessos relativos associados a essas missões de paz. Existem lições para a manutenção da paz na África ou em outros lugares? Embora, a maioria dos conflitos do Pacífico seja de baixa intensidade em comparação com a situação na África, algumas lições da região são vitais para a África, especialmente neste momento crítico, quando a UA deseja criar sua capacidade abrangente e auto-suficiente de operação de paz com ênfase em componentes militares e civis.

No Pacífico, as forças de paz contam com o apoio do Estado anfitrião, como nas ilhas Salomão, e também essas missões de paz se beneficiaram da interação que emergiu donexo entre pacificação, manutenção da paz e construção da paz. As experiências de manutenção da paz que foram aprendidas no Pacífico servem dois propósitos para futuras operações de paz na África e em outros lugares. Primeiro, como afirmei anteriormente, o sucesso da missão de paz depende do grau de apoio da população local e, em segundo lugar, a parceria entre a missão da paz e a população local deve basear-se numa sólida confiança e sinceridade. Embora esse apoio local, na maioria das vezes, não seja fácil de encontrar, os futuros planejadores de operações de paz devem se esforçar para obter algum grau de aparência para eles, porque sem eles será difícil, senão impossível, cumprir seu mandato, especialmente em um ambiente hostil. Esta é a situação atual na Somália, onde a Missão

da União Africana na Somália (AMISOM) está enfrentando hostilidades do al Shabaab e outros grupos militantes que rejeitam a presença de tropas “estrangeiras” em suas terras. Além disso, os mandatos de uma missão de paz, que proporcionam legitimidade à intervenção, devem ser viáveis e realizáveis. Um mandato viável e realizável é interpretado como sendo aquele com disposições que se baseiam na avaliação da ameaça do pior caso e, mais importante, reflete a realidade política no terreno. Um mandato tão realista deve indicar claramente o propósito e as tarefas da missão, os papéis da instituição autorizada e da Representante Especial da Missão da Paz, as condições em que a força pode ser usada, entre outros. E tal mandato torna-se viável uma vez que é bem acompanhado com as realidades políticas da situação, refletindo o compromisso das partes interessadas (que inclui as partes em conflito) e recursos suficientes que devem ser alocados a tal força de paz para alcançar o objetivo do seu mandato. Sem dúvida, os mandatos viáveis e realizáveis são um pré-requisito para uma operação de paz bem-sucedida. Afinal, os mandatos viáveis e realizáveis enraizados no planejamento pragmático do pior cenário têm uma maior probabilidade de para garantir a paz e salvar vidas humanas. Qualquer intervenção sem um mandato viável equivale a auto-imolação, suicídio e pode ser considerada como uma irresponsabilidade moral. Este não era o caso nas ilhas Salomão, pois os mandatos da RAMSI eram pragmáticos e realizáveis. Esta é uma lição aprendida para uma futura operação de paz, especialmente na África.

É duvidoso que a RAMSI seja um modelo apropriado em ambientes tão conflitantes quanto a África. Em oposição ao tipo de conflito nas Ilhas Salomão, os conflitos africanos são mais complexos e são ações militares em grande escala envolvendo soldados combatentes fortemente armados que não seguem o direito internacional humanitário. Em tais configurações de conflito, depender inteiramente das funções de policiamento não resolverá absolutamente nada. Provavelmente, é por isso que a Warner (2004) alertou que a RAMSI não fornece um modelo para futuras operações; em vez disso, pode fornecer um “índice” pelo qual os desafios futuros podem ser avaliados.

## REFERÊNCIAS

- Badmus, Isiaka Alani. 2006. “*What Went Wrong with Africa? On the Etiology of Sustaining Disarticulation of the African Nation-States*”. *Law and Politics in Africa, Asia, and Latin America* 39 (3): 270-291.
- Badmus, Isiaka Alani. 2010. “*Oiling the Guns and Gunning for Oil: Oil Violence, Arms Proliferation, and the Destruction of Nigeria’s Niger Delta*”. *Journal*

of *Alternative Perspectives in the Social Sciences* 2 (1): 323-363.

- Bellamy, J. Alex, and Sarah Davies. 2011. "Regional Arrangements" In *Global Politics and the Responsibility to Protect: From Words to Deeds*. London and New York: Routledge.
- Bennet, Judith. 2002. "Roots of Conflict in the Solomon Islands: Though Much is Taken, Much Abides: Legacies of Tradition and Colonialism". Discussion Paper 2002/05, State, Society and Governance in Melanesia Project, Australian National University, Canberra.
- Breen, Bob. 2002. "Weaving Consensus: The Papua New Guinea-Bougainville Peace Process". Accord 12.
- Chabal, Patrick, and Jean-Pascal Daloz. 1999. "Africa Works: Disorder as Political Instrument". Oxford: James Currey.
- Cilliers, Jakkie. 2004. "Human Security in Africa: A Conceptual Framework for Review". African Human Security Initiative.
- Collier, Paul. 1998. "The Political Economy of Ethnicity". In *Annual Bank Conference on Development Economics*. Washington: World Bank.
- de Varennes, Fernand. 2003. "Peace Accords and Ethnic Conflicts: A Comparative Analysis of Content and Approaches". In *Contemporary Peacemaking: Conflict, Violence and Peace Processes*, 151-160. Basingstoke and New York: Palgrave Macmillan.
- Downer, Alexander. 2003. "Neighbours Cannot be Recolonised". The Australian, 8 January.
- Edstrom, Bert. 2001. "Interdependence in the Asia Pacific". Stockholm: Swedish Institute for International Affairs and Center for Pacific Asia Studies.
- Ellingsen, Tanja. 2000. "Colourful Community or Ethnic Witches' Brew? Multi-ethnicity and Domestic Conflict During and After the Cold War". *Journal of Conflict Resolution* 44 (2): 228-249.
- Foukona, Joseph. 2005. "Regional Intervention in Solomon Islands". *Journal of South Pacific Law* 9 (1).
- Fraenkel, Jon. 2004. "The Manipulation of Custom: From Uprising to Intervention in the Solomon Islands". Sydney: Pandanus Books.
- Fry, Gregory. 2000. "Political Legitimacy and the Post-colonial State in the Pacific: Reflection on Some Common Threads in the Fiji and Solomon Islands Coups". *Pacific Review* 12 (3).
- Gurr, Ted Robert. 1994. "People Against States: Ethnopolitical Conflict and the Changing World System". *International Studies Quarterly* 38 (3): 349-353.

- Haas, Michael. 1989. *The Pacific Way: Regional Cooperation in the South Pacific*. New York: Praeger.
- Hanson, Fergus. 2003. "Promoting a Pacific Pacific: A Functional Proposal for Regional Security in the Pacific Islands". *Melbourne Journal of International Law* 4: 254-298.
- Hegart, David, and Ron May. 2004. "Rebuilding State and Nation in Solomon Islands: Policy Options for the Regional Assistance Mission". Discussion Paper 2004/02, State, Society and Governance in Melanesia Project, Australian National University, Canberra.
- Heijmans, Annelies, Nicola Simmonds, and Hans van de Veen. 2004. *Searching for Peace in Asia Pacific: An Overview of Conflict Prevention and Peacebuilding Activities*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner.
- Henderson, John, and Greg Watson. 2005. *Securing a Peaceful Pacific*. Christchurch: Canterbury University Press.
- Henderson, John. 2003. "The Future of Democracy in Melanesia: What Role for Outside Powers?". *Asia Pacific Viewpoint* 44 (3): 225-226.
- \_\_\_\_\_. 2005. "Introduction". In *Securing a Peaceful Pacific*, 3-12. Christchurch: Canterbury University Press.
- Hoadley, Stephen. 2005. *Pacific Island Security Management by New Zealand and Australia: Towards a New Paradigm*. Wellington: Centre for Strategic Studies.
- Jenkins, Bert. 2005. "Environmental Security". In *Securing a Peaceful Pacific*. Christchurch: University of Canterbury.
- Kaldor, Mary. 2001. *New and Old Wars: Organised Violence in a Global Era*. Stanford: Stanford University Press.
- May, Ron. 1990. "Papua New Guinea's Bougainville Crisis", *Pacific Review* 3 (2).
- \_\_\_\_\_. 2005. "Preventing Conflict: Ethnicity and Inequality". In *Securing a Peaceful Pacific*, 275-280. Christchurch: Canterbury University Press.
- McDougall, Derek. 2004. "Intervention in Solomon Islands". *Round Table* 93 (374): 218-219.
- McMullan, Bob, and Dave Peebles. 2006. *The Responsibility to Protect: Lessons from RAMSI*. Unpublished paper.
- Moore, Clive. 2004. *Happy Isles in Crisis: The Historical Causes of a Failing State in Solomon Islands*. Canberra: Asia-Pacific Press.
- Mortlock, Roger. 2005. "The Role of the Military". In *Securing a Peaceful Pacific*, 205-214. Christchurch: Canterbury University Press.

- O'Connor, Michael. 2003. "Rebuilding the Solomons: A Case Study of Developing Principles for Permissive Intervention". *Australian Army Journal* 1 (2): 121-128.
- Rees, Edward, 2006. "Security Sector Reform (SSR) and Peace Operations: 'Improvisation and Confusion' from the Field". New York: UN Peacekeeping Best Practices, UN Headquarters.
- Regan, Anthony. 1998. "Current Developments in the Pacific: Causes and Course of the Bougainville Conflict". *Journal of Pacific History* 33 (3): 269-285.
- . 2004. "The Bougainville Conflict: Political and Economic Agendas". In *The Political Economy of Armed Conflict: Beyond Greed and Grievance*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner.
- Reilly, Benjamin, and Kennedy Graham. 2004. "Conflict Through Asia and the Pacific: Causes and Trends". In *Searching for Peace in Asia Pacific: An Overview of Conflict Prevention and Peacebuilding Activities*, 9-22. Boulder, Colorado: Lynne Rienner.
- Rolfe, Jim. 2001. "Peacekeeping the Pacific Way in Bougainville". *International Peacekeeping* 8 (4): 38-55.
- Smith, Terrence Wesley. 1992. "A Legacy of Development: Three Years of Crisis in Bougainville". *Journal of the Contemporary Pacific* 4 (2).
- Stratford, James. 2005. "Assisting the Solomon Islands: Implications for Regional Security and Intervention". Working Paper No. 398. Canberra: Strategic and Defence Studies Centre, Australian National University.
- Straus, Scott. 2012. "Wars Do End! Changing Patterns of Political Violence in Sub-Saharan Africa". *African Affairs* 111 (443): 179-201.
- Teaiwa, Teresia. 2005. "Ethnicity and Identity". In *Securing a Peaceful Pacific*, 271-274. Christchurch: Canterbury University Press.
- Turton, David. 1997. "Introduction: War and Ethnicity". In *War and Ethnicity: Global Connections and Local Violence*. Rochester: University of Rochester Press.
- Vaughn, Bruce. 2002. "The Unravelling of Island Asia? Governmental, Communal, and Regional Instability". Westport: Praeger.
- Wainwright, Elsin. 2003a. "Our Failing Neighbour – Australia and the Future of Solomon Islands". Australian Strategic Policy Institute, 10 June.
- . 2003b. "Responding to State Failure: The Case of Australia and the Solomon Islands". *Australia Journal of International Affairs* 57 (3).
- Warner, Nick. 2004. "Operation Helpem Fren: Rebuilding the Nation of Solomon Islands". Canberra: Department of Foreign Affairs and Trade.

- Watson, Greg. 2005. “*Conflict Overview*”. In *Securing a Peaceful Pacific*, 401-407. Christchurch: Canterbury University Press.
- Wehner, Monica, and Donald Dennon. 2001. “*Without a Gun: Australians’ Experiences Monitoring Peace in Bougainville, 1997-2001*”. Sydney: Pandanus Books.
- Zartman, I. William. 2003. “*The Timing of Peace Initiatives: Hurting Stalemates and Ripe Moments*”. In *Contemporary Peacemaking: Conflict, Violence and Peace Processes*, 19-29. Basingstoke and New York: Palgrave Macmillan.

## RESUMO

Este artigo examinou conflitos e segurança regional no Pacífico. O trabalho tem como foco os papéis da Austrália e da Nova Zelândia (e do Fórum das Ilhas do Pacífico) na gestão da segurança no Pacífico usando a Papua Nova Guiné (Bougainville) e as Ilhas Salomão como estudos de caso. Documentou suas experiências de manutenção da paz e interrogou se essas operações eram sucessivas ou não e por quê. Além disso, o autor explorou se as experiências de manutenção da paz no Pacífico e as lições aprendidas com essas operações podem ser aplicáveis e / ou ser úteis no desenvolvimento de um modelo útil de manutenção da paz para outras regiões. O argumento deste artigo é que, embora o papel de gerenciamento de segurança regional da Austrália e da Nova Zelândia seja baseado em preocupações de segurança da região, os interesses nacionais desses estados dominantes também estão em jogo e é um fator chave que molda a natureza e a direção das intervenções. Além disso, a dinâmica dessas operações giram em torno da interação entre os fatores políticos locais, regionais e globais. O autor argumentou que a manutenção da paz no Pacífico (especialmente em Bougainville e nas Ilhas Salomão) pode não oferecer um modelo apropriado de manutenção da paz em ambientes tão conflitantes como África, onde a violência armada é mais complexa, prolongada e envolve ações militares em grande escala em oposição a conflitos de baixa intensidade localizados no Pacífico, mas algumas das lições de manutenção da paz da região podem ser úteis para outras operações de paz, especialmente a Manutenção da paz do “Caminho do Pacífico”.

## PALAVRAS-CHAVE

Segurança Regional, Manutenção da Paz, Pacífico, Fórum das Ilhas do Pacífico, Ilhas Salomão, RAMSI, Papua Nova Guiné, Bougainville, Austrália, Nova Zelândia.

*Recebido em 12 de julho de 2017.  
Aprovado em 26 de julho de 2017.*

*Traduzido por Rafaela Pinto Serpa*